

Ao vigésimo quarto dia do mês de agosto de 2021, ocorreu presencialmente a reunião acerca da criação de um Parque Marinho no entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA) com representantes da Fundação Florestal (FF) e do Ministério Público do Estado de São Paulo (GAEMA). A reunião teve início às 14:40, virtualmente, pela plataforma Zoom. Estavam presentes: Tadeu Salgado Ivahy Bardaro Junior (GAEMA); Priscila Saviolo (PEIA/FF); Rodrigo Victor (FF); Diego Hernandez (DLN/FF) e Gabriela Carvalho (PEIA). Priscila inicia a apresentação e ao terminar expõe os principais questionamentos já trazidos pela sociedade nas reuniões setoriais. Rodrigo fala sobre os materiais de comunicação e de apoio técnico existentes e sobre o processo de participação, frisando que não há pontos importantes de rejeição à proposta. Diego acrescenta que a principal cautela em relação à pesca artesanal, que vai continuar trafegando no local, é que tenha no texto da criação da unidade as normativas para o ato tendente, discutidas no âmbito do plano de manejo da APAMLN e que se mantenha a possibilidade da salvaguarda da navegação. Completa dizendo que o texto do ato tendente virá na íntegra na normativa de criação do parque. Fala sobre os impactos já observados do turismo espontâneo presente. Priscila aponta que há reivindicações no território sobre o andamento deste projeto enquanto o plano de manejo da APAMLN ainda não for aprovado. Diz que considera que as preocupações não sejam graves, pelo fato de serem processos diferentes. Tadeu diz se impressionar com o quanto pouco se dá atenção ao ambiente marinho, percebido pelo diagnóstico apresentado, diz concordar com o fato de que estes ambientes devem sim ser ordenados e protegidos. Aponta que o setor do turismo deve entender que é fundamental o ordenamento destas atividades, que deve ocorrer alguma resistência, mas que o entendimento deverá vir. Adianta que não poderá participar da audiência pública e já antevê possíveis apontamentos da sociedade, os quais a maioria já foi sanada pela equipe da FF. O primeiro é quanto o aumento de restrições para a atividade de pesca, que no momento parece não ter alterações, mas que ter um plano de manejo a ser feito posteriormente, pode ser um fato preocupante. Expõe o descontentamento em relação ao plano de manejo da APAMLN, aponta que já faz mais de um semestre que este processo não apresenta avanço e que isso gera uma falta de credibilidade da FF no território. Expõe que o GAEMA sempre irá apoiar este tipo de iniciativa de proteção e ordenamento e pergunta se a FF já tem atrelado ao projeto e formatado, alguma ideia de como será feito o ordenamento. Diego expõe que a FF, no caso da Ilha das Couves, atua como mediadora e que neste caso irá atuar de forma mais direta, através de seu conselho consultivo e processo participativo, embasado na base conceitual já produzida para este território. Diego ainda solicita que, se possível, Tadeu indique outra pessoa para acompanhar a audiência pública. Priscila completa que já é observada uma extrapolação da capacidade suporte de pessoas e embarcações em algumas praias do PEIA. Diz que o sistema de poitas é uma solução que já pode sanar muitos problemas e que além disso, as intenções de ordenamento estarão voltadas principalmente para o ordenamento, som alto e efluentes. Tadeu frisa concorda com as ações de ordenamento, que não concorda com discursos de que tem que se fazer o que quiser e diz que o turismo, o lazer e estas atividades têm que se adaptar às fragilidades dos locais e não o contrário é a favor dos processos de preservação desses ambientes. Rodrigo Levkovicz (DE/FF) ingressa na reunião e Tadeu expõe sua outra preocupação, sobre o processo da APAMLN. Diz que é claro que aparecerá o questionamento sobre este processo estar parado e que a FF perde credibilidade em propor um processo de ordenamento, com este sem respostas. Rodrigo (DE) expõe que compartilha da preocupação e que está sendo construída uma proposta técnica para ser alinhada politicamente. Diz que pode contar com a FF e que o plano de manejo está nos finalmentes. Tadeu diz que isso é muito

bom para garantir um alinhamento e que seria bom que isso fosse encaminhado antes da audiência pública. A reunião é encerrada às 15:26.

MINUTA